

ENTRE RE-EXISTIR E SOBRE-VIVER: UMA REFLEXÃO INTERSECCIONAL SOBRE A PANDEMIA NO RIO DE JANEIRO (COLONIALIDADE DO SABER URBANO E REGIONAL)

Poliana Monteiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional | poli.dmambembe@gmail.com

Sessão Temática 13: Colonialidade do saber urbano e regional

Resumo: A pandemia intensificou a presença de realidades que estavam ocultas e silenciadas, embora há muito tempo reivindicadas pelo feminismo. Nesse processo, ficou nítido que o cuidado é central e se materializa em diversas escalas no território. Nas diversas dimensões do que é o cuidado, ficou evidente que as mulheres estavam, e sempre estiveram, na linha de frente das ações que possibilitam a produção da vida e do existir. A reconexão com a vida comunitária e o fortalecimento dos laços de solidariedade se tornaram fundamentais para a sobrevivência. O objetivo do artigo é discutir a interconexão entre modernidade, colonialidade e as lutas pela terra e território, vistos como centrais na resistência à exploração capitalista, patriarcal e racista. A ontologia colonial é questionada como produtora de violência, exclusão e espoliação. Mas há possibilidades de imaginações, como o Bem Viver, que valorizam o território e a produção comunitária da vida a partir da liderança das mulheres.

Palavras-chave: colonialidade; interseccionalidade; planejamento urbano; feminismo; patriarcado.

BETWEEN RE-EXISTING AND SURVIVING: AN INTERSECTIONAL REFLECTION ON THE PANDEMIC IN RIO DE JANEIRO

Abstract: *The pandemic intensified the visibility of realities that had long been hidden and silenced, although they have been advocated by feminism for a long time. During this process, it became evident that care is central and materializes across various territorial scales. In the many dimensions of what care entails, it was clear that women were at the forefront of actions that enable the production of life and existence. Reconnecting with community life and strengthening bonds of solidarity became essential for survival. This article aims to discuss the interconnection between modernity, coloniality, and the struggles for land and territory, seen as central to resisting capitalist, patriarchal, and racist exploitation. Colonial ontology is questioned as a producer of violence, exclusion, and dispossession. However, there are possibilities for alternative imaginaries, such as Buen Vivir, which values the territory and the communal production of life through the leadership of women.*

Keywords: *Coloniality; Intersectionality; Urban planning; Feminism; Patriarchy.*

ENTRE RE-EXISTIR Y SOBRE-VIVIR: UNA REFLEXIÓN INTERSECCIONAL SOBRE LA PANDEMIA EN RÍO DE JANEIRO

Resumen: *La pandemia intensificó la presencia de realidades que estaban ocultas y silenciadas. En este proceso, se hizo evidente que el cuidado es central y se materializa en diversas escalas del territorio. En las múltiples dimensiones del cuidado, quedó claro que las mujeres estaban al frente de las acciones que posibilitan la producción de la vida. La reconexión con la vida comunitaria y el fortalecimiento de los lazos de solidaridad se volvieron fundamentales para la supervivencia. El objetivo del artículo es discutir la interconexión entre modernidad, colonialidad y las luchas por la tierra y el territorio, considerados centrales en la resistencia a la explotación capitalista, patriarcal y racista. La ontología colonial es cuestionada como generadora de violencia, exclusión y despojo. Sin embargo, existen posibilidades de imaginarios, como el Buen Vivir, que valoran el territorio y la producción comunitaria de la vida liderada por mujeres.*

Palabras clave: *Colonialidad; Interseccionalidad; Planificación urbana; Feminismo; Patriarcado.*

INTRODUÇÃO

O surgimento do sistema mundo moderno, e toda violência que lhe é inerente, ocorre de forma concomitante à produção da colonialidade (Porto-Gonçalves, 2009). A defesa da terra e do território, portanto, é palavra de ordem dos movimentos dos povos originários continentais de Abya Yala. Lutas importantes foram geradas onde as comunidades se levantaram para defender aquilo que pertence ao povo (Cabnal, 2010). A modernidade capitalista que opera o regime de opressão-exploração patriarcal e racista, organiza a vida ontologicamente em categorias homogêneas, dicotômicas e separáveis. A centralidade do território no projeto ontológico descolonial expressa a colonialidade que estrutura a negação do direito à terra como origem da violência. A costura filosófica do Bem Viver, por sua vez, evidencia a conexão entre o território e a produção da vida, possibilitando o tensionamento do sistema valorativo colonial.

A tradição do pensamento ocidental, de acordo com Haraway (2009), se estrutura a partir de narrativas sobre uma unidade original – o homem branco – a partir da qual se produz a diferença que avança na dominação da mulher/natureza. O progresso como fim é o projeto societário do homem universal e iluminado, aquele que emana os sinais da unicidade e legitimidade. E na construção discursiva e material deste projeto político, a relação entre a humanidade e a tecnologia se complexifica determinando o que a autora chama de guerra de fronteiras. Nessa guerra estão em disputa os territórios da produção, da reprodução e da imaginação. A certeza de que não há alternativa – às leis do mercado, ao capitalismo, à globalização – se posiciona enquanto um slogan genérico que inaugura a neoliberalização da vida e reafirma os dualismos hierárquicos que fundamentam a ontologia ocidental, o espírito do nosso tempo.

O termo *Zeitgeist*, que pode ser traduzido como espírito do tempo, é utilizado por Doreen Massey (2008, p. 185-186), enquanto uma forma de interpretar as incertezas ontológicas de cada espaço-tempo e formular uma percepção sobre a vida. Nesse sentido, “as passagens dos conceitos e as translações e transformações que ocorrem no percurso” de uma construção ontológica “são, provavelmente, multivariadas” e precisam ser constantemente interrogadas enquanto lugares de permanência do desejo social e político. A construção do desejo, entretanto, em espaços-tempos marcados discursivamente pela ausência de alternativas e individualização exacerbada é um campo minado que permite a subjetivação do neoliberalismo em níveis profundos e cotidianos. A reflexão sobre o que desejamos enquanto sociedade, e mais especificamente, sobre o que nos é permitido/estimulado desejar é central para a discussão sobre uma ontologia descolonial e para a disputa de imaginações, que é também um conflito de desejos.

Trata-se, além disso, de uma racionalidade que não é totalmente abstrata nem macropolítica, mas posta em jogo pelas subjetividades e táticas da vida cotidiana – como uma variedade de modos de fazer, sentir e pensar que organizam os cálculos e os afetos da maquinaria social.

Nesse ponto, o neoliberalismo torna-se uma dinâmica imanente: se desenvolve em proximidade com os territórios, modula subjetividades e é estimulado sem a necessidade primeira de uma estrutura transcendente e externa. Nessa perspectiva, o neoliberalismo não pode ser compreendido sem levar em conta como foram captadas, criadas e interpretadas as formas de vida, as artes de fazer, as táticas de resistência e os modos de habitar populares que o combateram e o transformaram, que dele se aproveitaram e que com ele sofreram. (Gago, 2018, p. 16-17)

Se o que é imposto é também apropriado e transformado, existe uma agência e, portanto, uma esperança, que precisa ser assumida. Há resistência e há acomodação porque há pulsão de vida em meio à necropolítica. É importante nos interrogarmos, portanto, se o próprio conceito de ontologia é irremediavelmente colonial, ou se permite brechas que construam novas imaginações sobre a nossa existência. E se para além do espírito do nosso tempo, que hoje anda cronicamente atrasado e exausto, existisse também um espírito do espaço, que reivindicasse o território, que se conectasse com a terra, este seria a expressão de uma ontologia de Abya Yala. E aqui, acreditamos que essa costura analítica pode ser semente, na medida em que é pensada pela forma – o como fazer, o como imaginar, com quem imaginar – do que necessariamente pelo conteúdo, que será inevitavelmente diverso visto a complexidade deste espaço-tempo. A identificação das/dos sujeitas/os que imaginam e revolucionam a experiência de ser é um ponto dessa costura ontológica que observa e questiona a própria noção de identidade.

Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. (Haraway, 2009, p. 47)

A nomeação de algo, segundo Haraway (2009), tem como princípio a consciência da exclusão, de forma que, as identidades se configuram como mecanismos que podem ser contraditórios, parciais e estratégicos. A/o sujeita/o subalterna/o para Spivak (2010) não pode se fixar enquanto uma categoria monolítica, visto que é profundamente heterogênea. A consciência de classe, de raça e gênero foi conquistada em uma árdua luta que, entretanto, foi imposta “pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado” e não pode se basear na crença de uma unidade “essencial” (Haraway, 2009, p. 47).

O argumento de Sandoval advém de um feminismo que incorpora o discurso anticolonialista, isto é, um discurso que dissolve o “Ocidente” e seu produto supremo – o Homem, ou seja, aquele ser que não é animal, bárbaro ou mulher, aquele ser que é o autor de um cosmo chamado

história. À medida que o orientalismo é política e semioticamente desconstruído, as identidades do Ocidente – incluindo as das feministas – são desestabilizadas. (Haraway, 2009, p. 49)

A importância da desestabilização das identidades ocidentais, o que inclui o feminismo enquanto um projeto político único e coeso, precisa ser observada, assim como a convergência dos feminismos que cuidam de intensificar a presença de mulheres periféricas e reconhecer a sua agência na produção da vida. A construção de coalizações que produzem um campo de afinidades e deslocam a centralidade da identidade é um caminho possível (Haraway, 2009). A construção deste campo de afinidades pode ser promovida por diversos fatores, mas historicamente, em momentos de crise, a articulação de mulheres sempre fortaleceu essa possibilidade.

A não efetivação da responsabilidade pública coletiva determina que a proteção social seja transmitida para as famílias e as organizações da sociedade civil, “de certo modo, a sociedade é a provedora – incluindo-se as famílias – e não o Estado” (Mariano, 2009, p. 122). A responsabilização da provisão da vida é atravessada pela arbitrariedade da divisão sexual e racial do trabalho e reverbera nos mecanismos de opressão-exploração que se materializam na cidade. O trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres, portanto, se configura como um alicerce do modo de produção capitalista. As mulheres valorizam os laços comunitários e de vizinhança, não apenas no sentido afetivo, mas também porque a rede de solidariedade é fundamental para sua existência e sobrevivência.

A reflexão sobre uma ontologia que permita a existência, e não exija uma constante luta que perpassa a re-existência e sobre-vivência, é uma costura que esse capítulo propõe a partir da perspectiva do Bem Viver. Re-existir e sobre-viver exaure as possibilidades de imaginar. Nesse espaço-tempo, no entanto, já não é possível imaginar vidas que se alinhem ao Bem Viver, que também versa sobre a boa morte, sem acionar a dor e o luto que a pandemia provocou. Não é possível pensar sobre existência, inclusive, em sua dimensão territorial, abstraindo a crise sanitária, social, econômica e humanitária ocasionada pela Covid-19. Nada é como antes, embora, ainda não saibamos a extensão do impacto que essa experiência ocasionou em nossas vidas. A memória deste espaço-tempo precisa ser acionada.

A ação de solidariedade costurada pela Teia de Solidariedade Zona Oeste, articulação que agrega diversas coletivas e instituições, durante a pandemia será a linha que tece a possibilidade de novas imaginações sobre o território, a cidade e a produção do viver. A mobilização dessa experiência não pretende abarcar toda a complexidade daquele processo, mas a partir de alguns dados e reflexões expressar um pouco do que vivemos naquele período, pensar em metodologias que permitam a compreensão de processos complexos, múltiplos e coletivos. A costura da Teia foi uma experiência complexa que acionava o desejo do Bem Viver através do cuidado comunitário e a luta contra a insegurança alimentar que se aprofundou durante a pandemia. A elaboração de uma narrativa sobre esse processo que é

político e semiótico pode contribuir para desestabilizar a colonialidade das formas de interpretar o mundo e a nossa existência.

Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana. [...] A única possibilidade de tal ser jaz em seu habitar plenamente esta fratura, esta ferida, onde o sentido é contraditório e, a partir desta contradição, um novo sentido se renova. (Lugones, 2014, p. 946)

A reflexão sobre as interações íntimas e cotidianas que resistem à colonialidade materializada na cidade, portanto, é premente. A diferença colonial, de acordo com Mignolo (apud Lugones, 2014), consiste na localização, tanto material como subjetiva, onde se confrontam “dois tipos de histórias locais dispostas em diferentes espaços e tempos ao redor do planeta” (Lugones, 2014, p. 946). Uma história de luta pela vida contada a partir da perspectiva do feminismo descolonial pode confrontar a cosmologia ocidental. E enquanto uma referência historicamente posicionada pode desafiar as dicotomias hierárquicas do regime de opressão-exploração patriarcal e racista. A pandemia revisitada a partir dessa costura não se torna menos avassaladora, mas permite disputar o regime de visibilidade e intensificar a memória sobre aquelas que realmente estiveram na linha de frente na luta pela vida.

Habitar essa dor e disputar a narrativa histórica implica também na desestabilização de uma série de consensos que perpassam as narrativas sobre o luto. A contradição destes consensos é nítida e o apagamento da dimensão territorial é um dos propósitos da construção narrativa que estruturou esses consensos. Um deles se refere ao caráter democrático da pandemia, que atingiria a todas/os/es da mesma forma. No entanto, como foi demonstrado ao longo do processo, isso não corresponde à realidade enfrentada no cotidiano dos territórios periferizados. A segunda seção deste capítulo vai apresentar, portanto, a dimensão territorial do impacto da pandemia na cidade do Rio de Janeiro. A letalidade da Covid-19 foi avassaladora nos bairros periféricos da cidade, especialmente aqueles localizados na Zona Oeste, que não por acaso, são também aqueles onde há maioria da população racializada como negra.

A colonialidade manifesta no urbanismo e no planejamento urbano subjuga brutalmente os territórios populares da cidade, negando, inclusive, o espaço para a preservação dos sentidos próprios dos lugares e sua relação com a cidade e o mundo. Mas a colonialidade não é completamente exitosa ao destruir comunidades, redes e saberes e tentar colonizar a vida. Os territórios re-existiram a partir da costura solidária, liderada por mulheres que preservaram os lugares de afeto, de memória e de re-existência. O pensamento de fronteira feminista proposto por Lugones (2014) auxilia na compreensão que a cidade é fundada a

partir da multiplicidade de relações sociais em todas as escalas. E evidencia que existem cercas – objetivas e subjetivas – que delimitam a vida, que localizam os corpos que devem viver, aqueles para os quais sobreviver é a única possibilidade e aqueles que podem ser expostos à morte.

O domínio da necropolítica é a expressão do poder de definir quem pode viver e quem deve morrer (Mbembe, 2018). A manifestação deste poder é colonial e se territorializa, portanto, de maneira diferenciada. A pandemia evidenciou a negação da vida enquanto exercício de poder, e mais especificamente enquanto um projeto político. A ideia do luto que se transforma em luta foi constantemente acionada para tentar ressignificar o horror. A concepção do Bem Viver também foi acionada como uma forma de re-existência, a partir da ação de cuidado comunitário que se costurou nos territórios da Zona Oeste, a partir da atuação das mulheres que conceberam e lideraram a Teia. As mulheres sempre estiveram na linha de frente das ações que possibilitam a produção da vida e do existir. As diversas dimensões do que é o cuidado na ação cotidiana e territorial podem desestabilizar o sistema valorativo patriarcal que nega a centralidade da reprodução social da vida.

O cuidado comunitário e o fortalecimento dos laços de solidariedade, entretanto, são centrais para a sobrevivência, principalmente no contexto da pandemia. O reconhecimento sobre o caráter político do cuidado, assim como questionamento sobre a invisibilização e desvalorização, inclusive, financeira, deste trabalho é um dos objetivos da terceira seção deste capítulo. O debate sobre o que gera ou não valor na sociedade é estratégico para a teoria da reprodução social, assim como para a costura de uma imaginação feminista sobre a vida, e contribui para elaboração de políticas públicas que possam atuar de forma consistente na dimensão de vulnerabilidade de quem cuida. O cuidado comunitário em sua conexão com o projeto político do Bem Viver pode ser uma chave para fortalecimento e visibilização de uma ontologia de Abya Yala, que seja uma ferramenta que extrapole o debate teórico e pise no chão do território para garantir a vida e disputar visões de mundo.

A COSTURA TERRITORIAL DO EXISTIR

A pandemia intensificou a presença de realidades que estavam ocultas e silenciadas, embora há muito tempo reivindicadas pelo feminismo. Nesse processo, ficou nítido que o cuidado é central e se materializa em diversas escalas do território. Nas diversas dimensões do que é o cuidado, ficou evidente que as mulheres estavam, e sempre estiveram, na linha de frente das ações que possibilitam a produção da vida e do existir. Seja trabalhando na área da saúde, seja dedicando seu tempo ao atendimento de populações vulnerabilizadas, ou colocando seu corpo e afeto em ação para garantir a alimentação e os itens de higiene necessários à proteção da saúde coletiva. A reconexão com a vida comunitária e o fortalecimento dos laços de solidariedade se tornaram fundamentais para a sobrevivência. A reflexão sobre o cuidado comunitário permite elaborar bases de ação e compreensão de

mundo que ajudem a “recuperar a politicidade do doméstico, domesticar a gestão, fazer com que administrar seja equivalente a cuidar e que o cuidado seja sua tarefa principal” (Segato apud Falú, 2020, p. 6).

A ideia de cuidado ainda está em processo de conceituação, sendo ainda vinculada aos conceitos de trabalho não remunerado, trabalho doméstico e trabalho reprodutivo. Apresenta, portanto, um escopo bastante amplo e ainda indefinido de atividades, serviços, bens, relações e afetos que convergem para a garantia da reprodução social e a subsistência da vida. Há ainda algumas perspectivas que incluem o cuidado como um setor da economia social ou como parte das políticas de transferência de renda (Sanchis, 2020). Algumas análises diferenciam, ainda, o que se constituiria como um cuidado “direto”, que seria pessoal e relacional, como alimentar uma criança, das atividades que compreenderiam o cuidado “indireto”, como limpar ou cozinhar. Independente das possíveis classificações, grande parcela das atividades que compreendem o escopo do cuidado, exceto as relações afetivas, pode ser mercantilizada e fornecidas pelo mercado como trabalho remunerado. No entanto, seguem sendo realizadas de forma não remunerada, tanto no ambiente familiar, quanto na comunidade, o que dilui e transforma seu “caráter de ‘trabalho’ em uma oferta amorosa que as mulheres desenvolvem para as relações familiares mais próximas” (Idem, p. 10).

A associação do cuidado ao conceito de economia se consolidou nos últimos anos por meio da elaboração teórica de economistas feministas que alertaram sobre sua inegável capacidade de geração de valor econômico. A partir dessa perspectiva, o cuidado é posicionado como base de toda a atividade econômica, desde os processos produtivos, do mercado e da provisão de força de trabalho. A teoria da reprodução social tem contribuído com a politização e visibilização do cuidado como central, evidenciando a profunda contradição entre o capital e a vida (Polanyi apud Fournier, 2020). É importante destacar que o cuidado e a reprodução social não são sinônimos, sendo o segundo mais amplo, pois abrange tanto a reprodução da vida quanto as relações capitalistas (Mezzadri, 2019).

A teoria da reprodução social tem investigado, desde a década de 1970, a existência de uma grande área de exploração do trabalho que até então não era reconhecida. A observação que o valor do trabalho não é extraído apenas no dia de trabalho remunerado, mas também no dia de trabalho de milhões de mulheres que executam trabalhos domésticos e comunitários de forma não remunerada, assim como outros trabalhadores não remunerados e não livres, redefine a função capitalista do salário. As compreensões marxistas produtivistas não teorizam o salário enquanto a expressão do valor do trabalho, visto que consideram a taxa de exploração inerente a essa relação. No entanto, uma visão mais ortodoxa tende a agrupar as atividades relacionadas à reprodução como geradoras de valor de uso, e, portanto, como não produtoras de valor.

A reprodução social se torna diretamente produtora de valor, de acordo com Mezzadri (2019), em pelo menos três situações. A primeira se relaciona com a capacidade de aprofundar o controle sobre o trabalho muito além do tempo de trabalho remunerado, isto é, o tempo de

trabalho e o tempo da reprodução social se tornam cada vez mais imbricados e difíceis de discernir. A reprodução social se torna completamente individualizada e confinada ao processo de geração de valor, o que possibilita a expansão das taxas de exploração. A segunda forma se relaciona com a sistemática “externalização” dos custos da reprodução social, isto é, em contextos em que nem os empregadores, nem o Estado arcam com nenhum dos custos da reprodução social. Assim o trabalho doméstico, bem como outras formas de trabalho não remunerado, é utilizado como um subsídio sistemático ao capital. A terceira forma se relaciona com a expansão da subordinação formal do trabalho, possibilitada pela fragmentação e decomposição dos processos de trabalho. Isto é, a descentralização das tarefas e atividades executadas por trabalhadoras/es a partir de suas casas também determina que “qualquer distinção entre produção e reprodução social – ou trabalho e vida – se torne irrelevante, já que seus tempos são confluentes, e tudo está sujeito às leis do valor” (Idem, p. 39).

No campo da teoria da reprodução social, há uma disputa conceitual que questiona se o trabalho reprodutivo é “produtivo” ou não. Para Federici (2019, p. 56), é evidente que aquelas que “produzem os produtores de valor” são elas próprias produtoras deste valor. Não se justificaria nem politicamente, nem teoricamente, portanto, “negar uma proposição que reflete uma posição de poder para as mulheres em nossa negociação e confronto com o capital e o Estado”. Para a autora, demonstrar que toda mãe é uma trabalhadora e produtora de riqueza social é central. Além disso, de acordo com Mezzadri (2019), considerando a expansão das relações de trabalho informais seria enganoso distinguir entre atividades que estariam no domínio do produtivo e do não produtivo, isto é, se teriam como resultado a geração de valor, a partir da observação de tarefas ou pagamentos exclusivamente.

Assim, negar o caráter produtivo das atividades de trabalho que não são remuneradas implica em situar grande parte da população mundial como irrelevante no processo de acumulação, de forma que não poderiam reivindicar que a riqueza produzida também é resultado de seu trabalho. O não reconhecimento do trabalho reprodutivo, isto é, aquele necessário para a produção da vida, invalida a luta para forçar o Estado a devolver os recursos necessários para a reprodução (Federici, 2019). Um ponto fundamental que Mezzadri (2019) apresenta é sobre a universalização da experiência do Norte Global em relação à reprodução social, considerando que, se as características dominantes das relações de trabalho existentes nos países do Sul Global forem observadas, a importância da reprodução social nos processos de extração de excedentes de trabalho e geração de valor se torna nítida. O capitalismo, portanto, depende dos processos de geração e regeneração, tanto biológica quanto social, do trabalhador e da mercadoria força de trabalho, o que em geral ocorre externamente aos domínios clássicos da produção e da geração de valor. Essa perspectiva repolitiza a experiência familiar, a sexualidade e a produção da vida. A importância do salário, enquanto um gerador de hierarquias de trabalho que naturalizam relações sociais exploratórias, se desloca. A reestruturação da economia global e da divisão internacional do trabalho reprodutivo pela agenda neoliberal operou relevantes transformações na organização da

reprodução social. A progressiva mercantilização das tarefas relacionados ao cuidado produzida pela neoliberalização da vida encadeou, no Sul Global, o engajamento cada vez maior de formas cooperativas de reprodução, como uma reação a esse processo (Federici, 2019).

Um aspecto do trabalho em sua relação com o debate sobre cuidado, que ainda é pouco abordado e é central na reflexão sobre a produção do espaço urbano, é o cuidado comunitário, realizado principalmente por mulheres nos territórios populares. Embora se refira a uma rede social complexa e historicamente inserida de diversas formas nos territórios, o valor gerado pela ação comunitária segue sendo invisibilizado. Essa invisibilização decorre, primeiro, devido à forma espontânea, não organizada e geralmente desvinculada de instituições em que atua; segundo, porque quando institucionalizada se torna subsidiária de políticas governamentais, sendo absorvida por estas; e terceiro porque, em geral, é uma ação desenvolvida para setores sociais de menor renda e base territorial, não sendo generalizável para estratos sociais superiores, isto é, aqueles que detém o poder de formular publicamente sobre questões sociais (Sanchis, 2020).

A pandemia visibilizou a luta política que defende o interesse público e a valorização da vida em detrimento do interesse individual e a rentabilidade do capital. A necessidade de cuidar uns dos outros e a responsabilidade compartilhada de preservação da vida evidenciaram que o cuidado não é uma atividade residual da qual se ocupam de forma subalternizada os setores não rentáveis do sistema econômico. O cuidado comunitário realizado de forma voluntária engloba diversas formas de militância e ativismo social e busca atender às necessidades que historicamente não são providas pelo Estado.

A socialização do cuidado retira sua importância do domínio exclusivamente familiar, confrontando a ideia de que as questões relacionadas ao cuidado devem permanecer na esfera privada. A visibilização do cuidado comunitário na produção da vida contribui para o questionamento da construção narrativa ocidental sobre o indivíduo autônomo e autossuficiente que estabelece relações contratuais dentro de um sistema de democracia liberal. O cuidado comunitário aciona noções como interconexão, solidariedade e a responsabilidade compartilhada. E, com isso, tensiona as noções de liberdade e autonomia que dissimulam que um indivíduo só pode ser verdadeiramente livre na medida em que existe uma comunidade que lhe oferece apoio e respaldo (Sanchis, 2020). A compreensão do cuidado comunitário como “um contínuo que dissolve as fronteiras entre necessidade e trabalho e reconhece a natureza coletiva do sujeito que cuida” permite formular sobre o comum e acionar modalidades relacionais para a preservação da vida (Perez Orozco apud Zibecchi, 2020, p. 56).

A constante necessidade de re-existir para sobreviver pode ser tensionada pela imaginação de uma existência plena que proteja a vida. Todos esses processos indicam porque os corpos sexualizados, racializados como negros e colonizados precisam constantemente re-existir. A reflexão sobre o mundo de significados e sentidos em torno da ação das mulheres cuidadoras

é complexa, implica contemplar os testemunhos das próprias cuidadoras sobre as experiências de vida que as conduziram a promover espaços de cuidado comunitário (Zibecchi, 2020). A experiência da Teia de Solidariedade Zona Oeste demonstra que as cuidadoras comunitárias realizaram tarefas simultâneas relacionadas à gestão alimentar e saúde coletiva nos territórios durante a pandemia, pois, em contextos de pobreza, as estratégias de cuidado e alimentação estão imbricadas.

A Teia de Solidariedade Zona Oeste, uma articulação que tem como base a construção política territorial já desenvolvida pela Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, se ampliou no contexto da pandemia, agregando coletivas, coletivos e instituições que atuam nos bairros de Campo Grande, Bangu, Santa Cruz, Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Vargens, Gardênia, Quilombo do Camorim, Recreio e Jacarepaguá. Desde o princípio, foi gestada e gerida por mulheres da região, com forte protagonismo das mulheres negras. O objetivo inicial da articulação foi diminuir a vulnerabilidade das famílias impactadas pela pandemia, mas também tecer ideias que fortalecessem a consciência sobre assistência social, moradia popular e soberania alimentar como direitos.

A articulação popular das mulheres em torno dos cuidados, seja de pessoas, territórios e natureza, ou em torno da proteção e reprodução imediata da vida, reverbera em diversos contextos, em toda a Abya Yala. E evidencia o quanto cuidar coletivamente, fora do ambiente familiar, opera transformações significativas na vida das mulheres, tensionando as concepções mais tradicionais do que é trabalho, questionando o que é o valor e posicionando as mulheres em um espaço de luta pelo reconhecimento público do trabalho que realizam. E apesar das tensões e contradições inerentes a esse processo e da necessidade de se aprofundar uma compreensão descolonial sobre o cuidado, enquanto uma forma de projeto político integral, não estejam restritos à contingência de sobreviver, essa é uma reflexão que precisa ser tecida, explorada e compartilhada.

(A)CERCA DE (SOBRE)VIVER

A crise sanitária provocada pela Covid-19 expôs de forma ostensiva as desigualdades sociais materializada nos territórios das cidades brasileiras, evidenciando a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender o impacto da pandemia no contexto urbano. O avanço da contaminação da Covid-19 em 2020, de acordo com os dados disponibilizados pelo Painel Rio Covid-19, se materializou na cidade do Rio de Janeiro de forma diferenciada. Embora muitas vezes o número de pessoas contaminadas residentes na AP2, como Copacabana e Tijuca, fosse maior do que em outras regiões da cidade, a letalidade se apresentou constantemente de forma mais aguda na AP5, região mais periférica, pauperizada e com contingente populacional composto de pessoas negras da cidade. O eixo entre os bairros de Realengo e Santa Cruz se tornou o principal epicentro da pandemia na cidade (Castro et al., 2020).

A análise territorializada dos impactos da Covid-19 evidencia a omissão histórica do Estado em prover infraestrutura, principalmente de acesso à saúde nos bairros periféricos da cidade, que são aqueles onde há maior população racializada como negra. A desigualdade se expressou territorialmente na cidade do Rio de Janeiro, de forma óbvia e violenta. Os impactos da pandemia evidenciaram o horror de viver em tempos de crescente autoritarismo, negação da ciência, ocultação de dados, cuja origem colonial se expressa como produto de uma sociedade historicamente escravocrata, misógina e profundamente violenta. Em resposta à crise se articulou um espaço para a luta e para o avanço da consciência popular, antirracista e feminista. As mulheres que tecem a Teia de Solidariedade Zona Oeste, com intuito de evidenciar, por meio da pesquisa militante, a estrutura cis-heteropatriarcal e racista que determinou a letalidade da pandemia, acompanharam as informações sobre o avanço da contaminação pela Covid-19 nos territórios da cidade.

A partir dos dados disponibilizados pelo Painel Rio Covid, que apresentou monitoramento diário dos casos de contaminação e óbitos no Rio de Janeiro por bairro, foi possível identificar um impacto territorial diferenciado, evidenciando as desigualdades sociais e raciais na cidade. Para além disso, pudemos ratificar a importância da informação para o enfrentamento dos impactos sociais da pandemia. A metodologia desenvolvida para esse acompanhamento foi sistematizada pelo GT de comunicação da Teia com a liderança intelectual de Silvia Baptista. Os dados eram apresentados cumulativamente, isto é, se um dia não era verificado, no dia seguinte só era possível verificar o acumulado e não os dados isolados por cada dia. Acompanhar esses números, que em pouco tempo, se tornaram rostos, era avassalador para todas nós e em alguns momentos se mostrou impossível. O mês de maio foi o período que conseguimos acompanhar de forma mais sistemática, embora o recorte temporal seja limitado, ele coincide com o momento em que os casos se ampliaram significativamente, oferecendo uma possibilidade de análise territorial e interseccional sobre a pandemia.

O Painel Rio Covid, operacionalizado pelo Instituto Pereira Passos, autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, foi lançado pelo prefeito Marcelo Crivella no dia 21 de março e seguiu apresentando os dados diários sobre contaminação e óbitos relacionados à Covid-19 até o dia 18 de maio, quando o prefeito Marcelo Crivella, alegando a necessidade de rever a metodologia de verificação da causa morte, o retirou do ar. Esta mudança aconteceu justamente no dia em que a curva de casos na cidade assume uma expressão visivelmente ascendente. A partir daquele momento, se tornou cada vez mais desafiador acompanhar o avanço da pandemia nos territórios, devido às constantes mudanças de metodologia, à irregularidade de divulgação de dados e posteriormente, a retirada dos dados por bairro que permitiam a análise territorializada.

Os dados de contaminação, óbitos e letalidade da Covid-19 até o dia de 15 de maio serão apresentados de forma comparativa entre os bairros de Realengo, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz (todos na AP5) em contraposição à Copacabana, Tijuca e Barra da Tijuca (os dois primeiros localizados na AP2 e o último na AP4). A AP5 apresentou, a partir de abril, um

crescimento rápido de infectados e mortos pela Covid-19. A doença que inicialmente se propagou nos bairros privilegiados da Zona Sul da cidade, cuja população retornava de viagens internacionais, se tornou realidade nos bairros periféricos e empobrecidos. Os dados demonstram, portanto, que para além da questão etária e de possíveis comorbidades, a Covid-19 no Rio de Janeiro matou mais os grupos sociais periféricos e marginalizados. A desigualdade territorial estrutural do sistema capitalista, patriarcal e racista se evidencia com a ausência de acesso à saúde, às medidas sanitárias e condições próprias para o isolamento social.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a letalidade da Covid-19 no Brasil entre a população negra foi de 57%, enquanto da população branca de 41%. Além disso, já em junho de 2020, a letalidade da doença em pessoas brancas apresentou uma tendência de redução. Essa realidade se materializou no Rio de Janeiro de forma bastante evidente. Os bairros cuja população é predominantemente preta ou parda, embora apresentassem menos casos de contaminação, estavam constantemente entre os bairros onde a doença foi mais letal. No acumulado dos casos do dia 15 de maio, enquanto os bairros de Realengo, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz representavam em conjunto 8,6% dos casos confirmados na cidade, o percentual de casos fatais era de 14,7%. A taxa de letalidade nesse momento chegou em 23,6%, quando considerados os 4 bairros em conjunto. Esses dados refletem a omissão histórica do Estado em prover infraestrutura, principalmente de acesso à saúde nos bairros periféricos da cidade, que são aqueles onde há maior população autodeclarada negra. A tabela abaixo (Tabela 1) examina a questão do sistema de saúde na cidade, considerando também dados sobre raça.

Tabela 1: Painel de oferta de leitos hospitalares na cidade do Rio de Janeiro em maio/2020

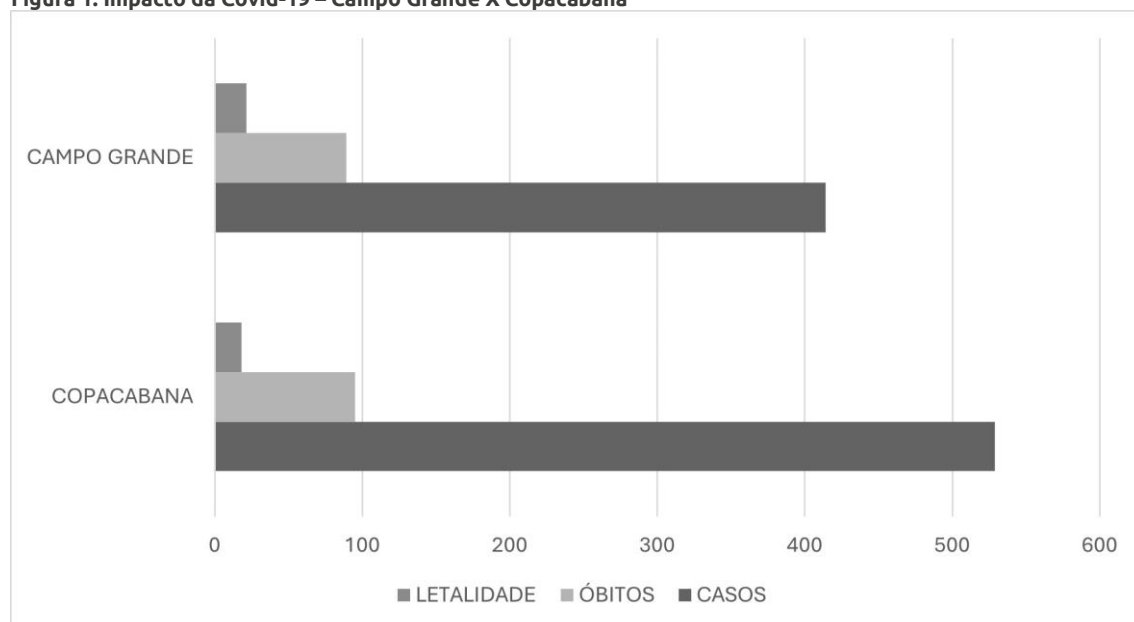
APs	Total Leitos	Instituições	Leitos/mil hab.	% Leitos	% Cidade	% População	% Pop. Negra
AP1	2.672	24	9,01	23,44	2,80	4,60	50,31
AP2	2.694	25	2,67	23,63	8,20	17,00	25,15
AP3	2.825	26	1,18	24,78	16,60	40,20	51,43
AP4	1.419	16	1,56	12,45	24,00	11,60	41,22
AP5	1.791	11	1,05	15,71	48,40	26,60	59,77
TOTAL	11.401	102	1,80	---	---	---	---

Elaborada pela autora a partir dos dados do Painel de Oferta de Leitos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Os dados sobre as instituições de saúde e número de leitos foram levantados no Painel de Oferta de Leitos do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, apresentando um panorama relevador sobre o acesso à saúde na cidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) não tem uma recomendação oficial para o número de leitos hospitalares por habitante, mas estima globalmente uma média de 3,2 leitos hospitalares por 1.000 habitantes, enquanto na América Latina e Caribe a estimativa é reduzida para uma média de 2 leitos hospitalares por 1.000 habitantes. Na cidade do Rio de Janeiro, a média de leitos é de 1,8 por mil habitantes.

A desigualdade territorial inerente ao planejamento estatal racista, entretanto, se evidencia na comparação entre a AP5, com 1,05 leitos hospitalares por mil habitantes; e a AP2, que abrange a região conhecida como Zona Sul, cujo padrão de ocupação é predominantemente residencial para classe alta, e apresenta a maior taxa de leitos da cidade, com 2,67 leitos por mil habitantes. A AP5 representa 48,8% do território da cidade e abriga 26,6% da população, no entanto, contava com apenas 15,7% dos leitos disponíveis em toda a cidade no momento da pandemia. Além disso, os bairros onde há maior déficit de leitos são os bairros onde a população negra é mais significativa, e onde por consequência, a letalidade da Covid-19 foi maior. Os infográficos a seguir demonstram a tendência da letalidade em bairros do eixo entre Realengo e Santa Cruz em comparação aos bairros assistidos por infraestrutura urbana e sistema de saúde.

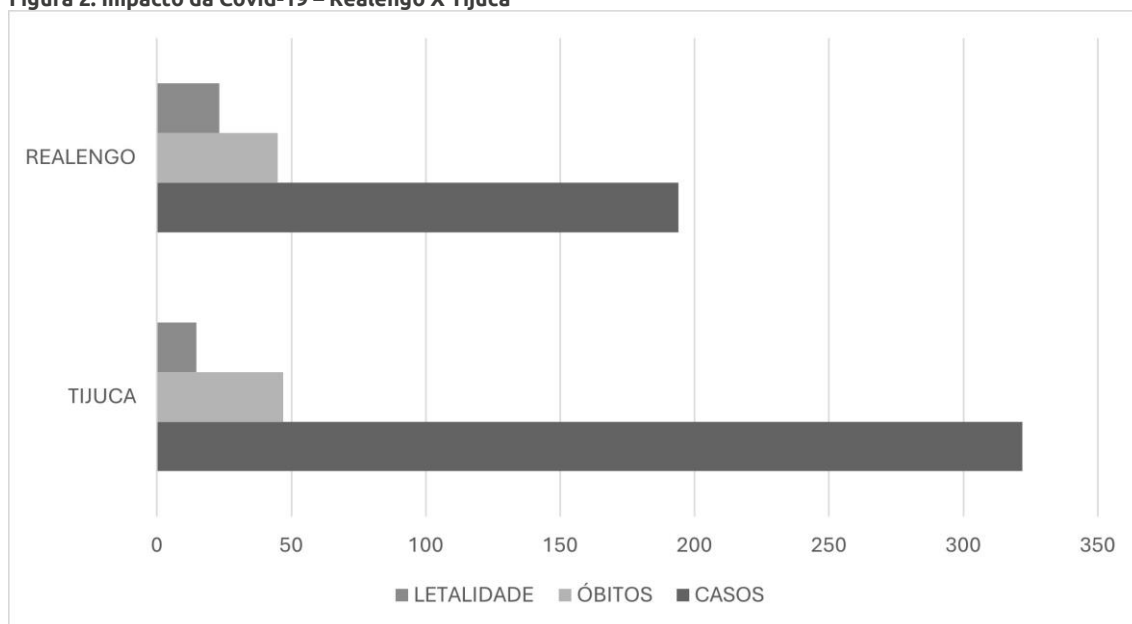
Figura 1: Impacto da Covid-19 – Campo Grande X Copacabana



Fonte: Elaborado pela autora.

Em Campo Grande, por exemplo, até o dia 15 de maio, 323 casos da Covid-19 foram confirmados, uma quantidade significativamente inferior aos 436 casos confirmados em Copacabana. O número óbitos, entretanto, seguindo a tendência das semanas anteriores seguia sendo muito próximo: 89 vítimas fatais em Campo Grande e 95 em Copacabana. A letalidade da doença em Campo Grande, devido ao acúmulo de vulnerabilidades inerentes à desigualdade territorial da cidade, nesse dia chegou à 21,5% enquanto em Copacabana foi de 17,9% (Figura 1). O gráfico a seguir (Figura 2) apresenta a análise territorializada sobre os impactos da pandemia na comparação entre Realengo e Tijuca. Enquanto em Realengo foram confirmados 194 casos, a Tijuca apresentava 322 casos confirmados. O número de casos fatais, entretanto, se apresentou muito parecido, 47 casos na Tijuca e 45 casos em Realengo, determinando uma taxa de letalidade de 14,6% e 23,2%, respectivamente.

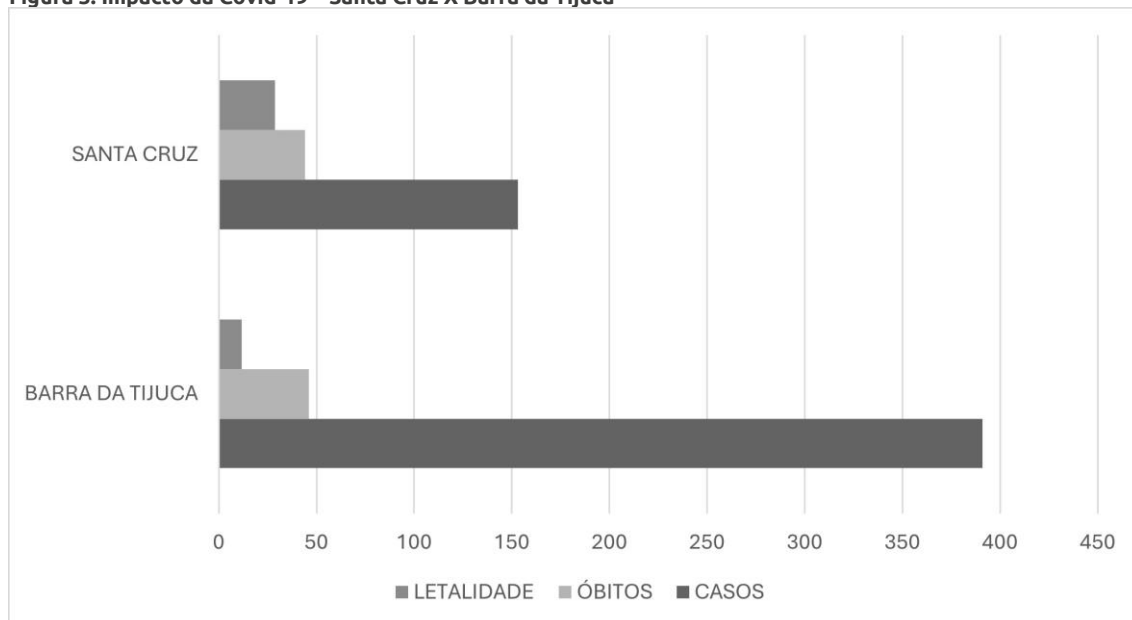
Figura 2: Impacto da Covid-19 – Realengo X Tijuca



Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, o próximo gráfico (Figura 3) apresenta a comparação entre Santa Cruz e Barra da Tijuca e evidencia a distância social, apesar da proximidade física, entre a AP4 e a AP5. Os casos confirmados na Barra da Tijuca até dia 15 de maio totalizam 391, enquanto Santa Cruz, o último bairro da cidade, o mais carente de infraestrutura, apresentava 153 casos. Os casos fatais, entretanto, muito similares, 46 e 44, respectivamente. A taxa de letalidade da Barra da Tijuca era de 11,7%, enquanto em Santa Cruz atingiu, nesse momento, 28,7%.

Figura 3: Impacto da Covid-19 – Santa Cruz X Barra da Tijuca



Fonte: Elaborado pela autora.

A pandemia evidenciou o padrão desigual de acesso ao sistema de saúde e o projeto político de morte vigente na cidade do Rio de Janeiro. Não é por acaso que a letalidade da Covid-19

se apresentou de forma proeminente nos bairros periferizados. Inclusive, quando o poder público avaliou a necessidade de ampliar o número de leitos hospitalares na cidade e começou a planejar a instalação emergencial dos hospitais de campanha, a lógica territorial perversa seguiu em ação. Já no começo de maio são inaugurados os Hospitais de Campanha do Rio Centro, na Barra da Tijuca (AP4), e do Maracanã (AP2), na última semana de abril foi inaugurado o Hospital de Campanha do Leblon (AP2). Apesar dos apelos dos movimentos sociais organizados da AP5, onde historicamente o sistema de saúde é deficitário, onde o contingente populacional totaliza mais de 25% do total da população da cidade, e ainda, onde nitidamente os impactos da pandemia se apresentavam de forma mais letal, a região não foi contemplada com a instalação de um hospital de campanha.

O mês de maio foi o mais letal do primeiro ano da pandemia. Os limites entre viver e sobreviver se apresentam nítidos. Há cercas que determinam a possibilidade de sobrevivência, não são necessariamente materiais, mas estão ali. Nesse sentido, Mbembe (2018, p. 6) questiona: “Mas sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei?”. O expor à morte se manifestou de diversas formas. A ação genocida dos governos municipal, estadual e federal, também se apresentava em outros níveis de ação como as constantes ameaças de remoções forçadas em plena pandemia, as ações de extermínio das incursões policiais do governo do estado, e por fim, o negacionismo e o atraso na compra de vacinas que provocou, ao menos, 12 mil mortes evitáveis no início de 2021. A insegurança alimentar se apresentou também como um forte vetor da política de morte, cuja resposta foi articulada por redes de solidariedade, porque, como foi dito anteriormente, uma resposta institucional foi tardia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia escancarou as desigualdades territoriais no Rio de Janeiro e em tempos tão desafiadores ficou evidente que o direito à moradia digna, que significa também ter acesso ao saneamento básico, à mobilidade, à saúde e à educação, é sinônimo de direito à vida. A interseccionalidade, nesse contexto, se destaca como um eixo articulador da luta pelo direito de existir e viver, e não somente ter que re-existir e sobre-viver. É difícil falar de imaginação e outras formas de interpretar a nossa existência diante de uma estrutura tão desigual, e mais, tão planejada para a manutenção das injustiças e da letalidade seletiva. A partir da crise do coronavírus, emerge também a questão dos cuidados de pessoas dependentes e populações vulneráveis. Os esforços comunitários extraordinários, em bairros em condições de pobreza, tiveram forte protagonismo da ação contínua das mulheres, o que evidencia a urgência do debate sobre o cuidado e da construção de políticas públicas que costurem novos significados de poder na produção da vida. Assim, lutar pela construção de centralidade para essa agenda pode ser um caminho para a elaboração de novas imaginações feministas sobre a vida.

A compreensão da colonialidade do planejamento que, de acordo com Vainer (2014), se expressa pela importação/imposição de ideias e “melhores práticas” do chamado Norte Global, se complexifica quando acionamos a questão fundiária e as permanências das matrizes de segregação e negação ao direito à terra. Compreender a historicidade da acumulação por despossessão e sua relação com projeto colonial que operou a produção do espaço do Rio de Janeiro, assim como analisar a segregação urbana a partir de uma perspectiva racializada e histórica, seguindo Santos (2023) e Rolnik (2007), se mostrou um percurso relevante para relacionar a colonialidade que estrutura a negação do acesso à terra e as possibilidades analíticas que a interseccionalidade oferece para o campo de pesquisa do planejamento urbano.

A interseccionalidade foi, portanto, acionada como uma ferramenta metodológica central para compreender as desigualdades territoriais nas cidades, reconhecendo as opressões baseadas em raça, classe e gênero. E apesar dos limites e possíveis contradições do conceito, é importante destacar que as mulheres da Zona Oeste se apropriaram dessa ideia para expressar suas dores e denunciar a violência sob a qual estão submetidas, sendo, portanto, relevante como forma de se aproximar dessa realidade. A reflexão sobre o racismo institucional e o sexismo estrutural, portanto, destaca a importância de enfrentar a segregação sistêmica que é materializada, inclusive, por meio de políticas públicas. O objetivo, portanto, foi demonstrar que a produção do espaço no Rio de Janeiro tem permanências entre o passado e presente, que seguem implicando o seu futuro. Evidenciando como a colonialidade articula o arcaico e o pós-moderno, assim como os ideais de progresso. Essas permanências dialogam com a proposição de Federici (2017) sobre os processos de despossessão serem estratégias permanentes que respondem às crises cíclicas do capitalismo, que se “revoluciona” a partir da abertura de novas fronteiras de espoliação e exploração. A transitoriedade permanente se configura, por um lado, como um projeto político que ecoa a colonialidade, e por outro, é um sentimento que significa a existência das classes subalternizadas, que são pressionadas à re-existir.

REFERÊNCIAS

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feminista comunitarias de Abya Yala. In: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madri: ACSUR-Las Segovias, 2010.

CASTRO, Ana A.; NOBREGA, Camila; SANTANA, Carolina; RIBEIRO, Marina; FREITAS, Rosineide; BAPTISTA, Silvia. Covid-19 no CEP 23000: Racismo estrutural e letalidade em Campo Grande. **RioOnWatch**, Comcat: Rio de Janeiro, jul., 2020. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=47743>

FALÚ, Ana. Prólogo. In: SANCHIS, Norma (Comp.). **Él cuidado comunitario en tiempos de pandemia...y más allá**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Lola Mora; Red de Género y Comercio, 2020.

FEDERICI, Silvia. Social reproduction theory: history, issues and present challenges. **Radical Philosophy**. nº 204, Spring, 2019. (p. 55-57)

FOURNIER, Marisa. Cuando lo que importa es la vida em común: intersecciones entre economía social, cuidados comunitarios y feminismos. In: SANCHIS, Norma (Comp.). **Él cuidado comunitario en tiempos de pandemia...y más allá**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Lola Mora; Red de Género y Comercio, 2020. (p. 22-43)

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Trad.: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna J; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Antropologia ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Trad.: Tomaz Tadeu. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n. 3, 2014. (p.935-952)

MARIANO, Silvana. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, Brasília, jul./dez, 2009. (p. 119-157)

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad.: Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad.: Renata Santini. 2ª Ed., São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEZZADRI, Alessandra. On the value of social reproduction: informal labour, the majority world and the need for inclusive theories and politics. **Radical Philosophy**. nº 204, Spring, 2019. (p. 33-41)

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala: tensões de territorialidades. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 20, Curitiba/PR: Editora UFPR, jul./dez., 2009. (p. 25-30)

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson (Org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. São Paulo: Editora Autêntica, 2007.

SANCHIS, Norma. Ampliando la concepción de cuidado: ¿privilegio de pocxs o bien común? In: SANCHIS, Norma (Comp.). **Él cuidado comunitario en tiempos de pandemia...y más allá**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Lola Mora; Red de Género y Comercio, 2020. (p. 9-21)

SANTOS, Renato Emerson dos. Distribuição dos grupos raciais em cidades brasileiras: sobre segregação, estrutura e experiência urbana. **SIMPURB**, 2023. (prelo)

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno falar?** Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. [1985]

VAINER, Carlos. Disseminating 'best practice'? The coloniality of urban knowledge and city models. Chapter 6. In: PARNELL, Susan; OLDFIELD, Sophie (Ed.). **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**, London: Routledge, 2014.

ZIBECCHI, Carla. Cuidar a los chicos del barrio: trabajo comunitario de las cuidadoras, expectativas y horizontes de politización en contextos de pandemia. In: SANCHIS, Norma (Comp.). **Él cuidado comunitario en tiempos de pandemia...y más allá**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Lola Mora; Red de Género y Comercio, 2020. (p. 44-62)